

AMAZÔNIA:  
DA LENDA DO OURO VERDE À UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO. A  
CONTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES CATÓLICAS.

Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto<sup>1</sup> - UFMT

O que eu posso dizer é que, para mim, a utopia está no horizonte. Eu sei perfeitamente que nunca a alcançarei. Se eu caminho dois passos, ela se afasta dois passos. Se eu dou dez passos, ela fica dez passos mais distante. Para que ela serve então? Para caminhar. (Fernando Birri)

Recentemente lemos na imprensa uma nota assinada por Faustino Teixeira (de onde saiu a epígrafe acima), na qual ele constatava o crescimento da espiritualidade entre os jovens participantes do Fórum Social Mundial de 2005. Suas observações não nos trouxeram surpresas, pelo contrário, reforçaram algumas idéias que vem nos acompanhando já há algum tempo, produto principalmente de viagens de campo à Amazônia Meridional Mato-grossense, mais especificamente ao Noroeste do Estado. Estamos nos referindo à força que a espiritualidade tem mantido como elemento constitutivo da identidade da população migrante que compôs os novos núcleos urbanos naquela área e aos seus frutos.

A Igreja Católica esteve ali presente desde muito antes da década de setenta, mas a abertura da Rodovia AR-1 e a implantação do Projeto de Colonização Juina pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso por iniciativa direta do Governo do Estado em 1974, impôs mudanças nesse perfil. O isolamento da região e a distância em relação à Cuiabá, cerca de 950Km sem acesso terrestre, fez com que sua administração eclesiástica ficasse a cargo da Diocese de Ji-Paraná em Rondônia. Em dezembro de 1979, Pe. Duílio Liburdi da Congregação dos Oblatos de São José que estava trabalhando na Paróquia de Aparecida de Vilhena foi escolhido como seu Vigário passando a atender Juina, Aripuanã e Castanheira. Toda a Arquidiocese passava por um momento de reorganização provocada pelos efeitos do intenso fluxo migratório de que Rondônia havia sido alvo desde o final dos anos 1960. Foi também um momento de força da Teologia da Libertação em toda a Igreja Católica brasileira.

As CEBs foram então dadas como elemento básico para a organização dos colonos, pela instituição, ali representada por um único padre e com apoio do bispo, sobre as quais se ergueu aquela igreja particular e, simultaneamente, a identidade daqueles católicos. Essa igreja nasceu marcada pela forte prática comunitária e presença leiga.

Os maiores focos de tensão entre o Pároco (Pe. Duílio tornou-se Pároco da Paróquia do Sagrado Coração em Juina em fevereiro de 1981), e a empresa colonizadora foram as questões relacionadas à terra. Após esse primeiro contato em 1979, o padre passou a ir com freqüência para Castanheira procurando organizar ali algumas comunidades. Em uma dessas visitas testemunhou a queima dos barracos dos posseiros e foi vítima de um atentado.

A CODEMAT ao que tudo indica, mantinha um grupo de pistoleiros na região com a atribuição de impedir a ocupação de suas extensas áreas. O grupo andava armado e agia de forma violenta contra os posseiros, muitos dos quais não dormiam nos lotes ocupados e evitavam as estradas. Pe. Duílio denunciou Ramon Paraguaio como uma espécie de líder desse grupo “... *com ordem de Juina, ordem de Cuiabá para impedir a ordem de Deus.*”<sup>2</sup>, e defendeu os posseiros das ações da empresa mantendo-se presente o quanto pôde e incentivando a organização comunitária, o sindicato dos trabalhadores rurais e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Paróquia de Juina. No fragmento acima, transcrição de um pronunciamento feito nove anos depois do início de seu enfrentamento com os pistoleiros, o Padre dá a entender que eles estavam a serviço da Empresa, ou de pessoas ligadas a ela e reforça a idéia, recorrente aliás para outras áreas de ocupação amazônica, de lugar sagrado, terra prometida.

O Brasil foi considerado campeão mundial no uso do trabalho escravo pela Organização Internacional do Trabalho no início dos anos 1990 e há décadas vem sendo denunciado por tal prática, verificada basicamente no campo. A região noroeste de Mato Grosso e o estado de Rondônia foram citados com destaque pela alta incidência desta prática. O assunto tem ocupado a pauta dos órgãos de imprensa nacional.

*Em 1986 teve uma invasão de terra numa fazenda grande aqui pro lado de Fontanillas [...] a polícia judiou deles uma barbaridade [...] no dia que pegaram um ônibus que tava chegando cheio de gente para grilar mais terra [na verdade, a expressão “grilo” aparece aqui empregada para fazer menção à ocupação, apossamento e não no sentido acadêmico ...] botaram dentro de um curral e surra cedo e surra de tarde e tava chegando mais ônibus, inclusive tem um padre [...] padre João [nome fictício] levou uma surra tão grande quase morreu. Eu como médico examinei e fiz uma descrição, um laudo, e tinha caroço e hematoma no corpo<sup>3</sup>.*

O relato acima é revelador. O entrevistado, um representante do poder local narra em tom de “bate-papo” um episódio permeado de irregularidades. Em sua fala as surras, o curral, a tortura, aparecem como naturalizadas. A violência policial aparece banalizada. Aos torturados nada além da constatação do merecido castigo. Ele, médico da cidade, atendeu pessoalmente a algumas das vítimas daquela ação. Foi testemunha ocular dos seus efeitos. Dessa vez o padre não contou com a complacência dos seus algozes. Foi surrado duramente. A expressão “quase morreu” utilizada no depoimento não é simplesmente um artifício retórico, mas remete à pequena distância entre deixar viver ou não quem quer que se coloque entre aquela elite local e seu projeto de ocupação.

A organização do sindicato rural e da CPT contribuiu para a formação de lideranças e para a montagem de associações. No caso de Castanheira e Juina garantiu a permanência na terra de um bom número de famílias e também a elaboração de projetos de auxílio ao pequeno produtor e a criação da AJOPAM (Associação Organizada para Ajuda Mútua) em 1991, que possibilitou aos pequenos produtores adquirir maquinário e equipamentos (máquinas de beneficiar arroz, triturador, trilhadeira), com o avanço dos trabalhos foi possível solicitar verbas junto ao Ministério do Meio Ambiente do Plano de Desenvolvimento Ambiental, para o desenvolvimento do “Projeto Agroflorestal em Consórcio Adensado” (PACA), *“ficamos aqui assentados uns 15 dias na cada dos padres até porque não tinha telefone, não tinha nada, ai ficamos na casa dos padres escrevendo...”*. Pelas

informações disponíveis pode-se deduzir que no Estado de Mato Grosso não havia nenhum outro projeto similar apresentado nesta modalidade, “...o Mato Grosso não tava dentro do PDA...”. o projeto foi enviado e contemplado com “186.000 de dólar” e atraiu a atenção da comunidade internacional “...vem gente da Bélgica, da Holanda, da França, da Alemanha, pode olhar que tem o nome do pessoal ai, e da FAO vem fazer auditoria aqui na AJOPAM...”

<sup>4</sup>. A atuação da Paróquia de Juina não se restringiu ao problema agrário ou as questões ligadas ao sindicato rural ou à CPT. O isolamento da região, sua recente abertura à ocupação, as dificuldades da vida no local, não foram atrativos para profissionais mais qualificados, poucos arriscaram deixar o conforto de uma capital ou de uma região já estruturada (com transporte, energia, comunicação), para se fixar nestas novas regiões.

Padre Duílio iniciou a formação de agentes para atuar na Pastoral da Saúde local e atender a toda a paróquia. O trabalho foi ampliado quando a prelazia passou a trazer profissionais de várias áreas para treinamentos e cursos aos agentes das comunidades. Desenvolveu-se o uso da medicina popular, basicamente explorando a farta variedade de ervas da região. No imaginário popular, as atividades dessa Pastoral mesclam-se à fé, “... um pouco a fé em Deus, um pouco o remédio, um pouco o barro, sei que cada coisa ajudou um pouquinho...”, e a imagens criadas pelo senso comum sobre o tratamento alopático, “... o remédio é artificial sempre melhora uma coisa e prejudica outras...”. Em parte, a credibilidade da Igreja Católica na região contribuiu para a difusão dessas práticas alternativas, do outro lado está não só a carência estrutural da máquina pública, mas as dificuldades econômicas que pesavam sobre aquelas pessoas.

*o remédio da pastoral é lento, mas quando cura, cura mesmo de uma vez [...] Se sarei, eu não sei, mas que eu não tenho [a doença] eu não tenho.*<sup>5</sup>

A descrição mesmo ingênua do tratamento revele a confiança nas orientações e a certeza da cura. Em parte não há diferença entre esse procedimento e aquele demonstrado por nós, muitas vezes, na relação com médicos e tratamentos convencionais, inclusive quanto à conclusão apresentada no final da fala. Ela ignora o mal de que sofria, por

consequente não sabe se está livre dele, mas o que importa é que não sofre mais seus efeitos.

As ameaças de morte foram uma constante contra os membros da igreja em toda a Diocese de Ji-Paraná. Em 24 de julho de 1985, Pe. Ezequiel Ramin, membro atuante do clero diocesano foi assassinado na fazenda Catuva quando defendia posseiros e pequenos lavradores da ação de latifundiários. O crime chocou toda a diocese e teve repercussão nacional. Pe. Ezequiel tornou-se mártir na Arquidiocese de Rondônia. Em sete de agosto de 1987, Irmão Vicente Cañas, que vivia entre os índios Salumã, foi assassinado e aumentou novamente a tensão entre a igreja e o poder econômico na região. O crime transformou-se em volumoso processo em andamento no Fórum de Juina

Em 19 de abril de 1989, Frei Wilson Piazza sofreu um atentado entre a comunidade São Cleófas, localidade de Novo Horizonte, e Castanheira. Abordado por dois homens encapuzados, foi espancado, esfaqueado e jogado na mata. Foi localizado dois dias depois em estado de choque. Estando em Castanheira para acompanhar a apuração dos fatos, o Bispo Dom Antonio Possamai foi informado de que as ameaças de morte contra o Padre Duílio, seu Vigário Episcopal na região, haviam se intensificado. Dom Antonio reagiu dizendo-se preocupado com a presença de “*grupos já conhecidos*” na região “*pela prática de violências*”, que agiam na impunidade e amparados pelo poder político e econômico contra um povo abandonado<sup>6</sup>.

Sobre a presença de pistoleiros na região de Castanheira, um líder político local disse “*eram pistoleiros honrados [e falando sobre Antenorção, um desses homens] esse era um bom pistoleiro. Ele só matava bandido [...] ele nunca matou ninguém que prestasse, que devesse estar vivendo.*”<sup>7</sup>.

Juina tornou-se Diocese em 1998. seu primeiro Bispo é D. Franco Dalla Valle, agora respondendo administrativamente à Arquidiocese de Cuiabá. A igreja tornou-se instituição sob o controle de sua hierarquia. Se na cidade podemos verificar que esse enquadramento ocorreu e se consolidou, na zona rural a resistência foi maior. Para as comunidades rurais a igreja, após a implantação da diocese, “*ficou mais pra rezar mesmo*” e D. Franco foi visto

como comprometido com o “*povo mais da alta classe*” e para o povo mais necessitado “*ele só reza mesmo*”. Havia consciência de que os tempos eram outros e as dificuldades também, mas era impossível para eles ignorar a proximidade e a informalidade com que os primeiros párocos se relacionavam com aquelas comunidades rurais.

*Hoje o padre vem de Mitsubish e naquela época não, nós tem uma mula velha no pasto, era a mula que carregava o padre pras comunidades pra rezar missa<sup>8</sup>.*

Temos então que a Igreja Católica foi importante componente formador da identidade daquele grupo de colonos migrantes. Há, porém, que se destacar que o estímulo para a organização de comunidades, mantidas basicamente pelo trabalho laico, o apoio na busca de soluções originais inicialmente pela via das Comissões Pastorais (da Terra, da Saúde, do Migrante, entre outras), constituiu-se em semente que hoje, apesar de frágil, pode ser encontrada por toda a área da antiga Diocese de Ji-Paraná, como importantes experiências de desenvolvimento alternativo para aquela porção da Amazônia. Apresentam-se como espaços horizontalizados<sup>9</sup>, opostos portanto aos espaços verticalizados produzidos pela mundialização, que tornam as fronteiras fluidas e vulneráveis às influências sociais e econômicas exógenas.

É certo que a lógica predominante é a da reprodução de padrões externos, basta observar os processos urbanos em todas aquelas cidades e constatar que eles diferem apenas em intensidade daqueles observados nas grandes regiões metropolitanas brasileiras. Uma “*falsificação do velho*”<sup>10</sup>. Uma superposição espacial de diferentes e conflitantes lógicas de ocupação, produção e consumo, com freqüência voltadas para o imediato ou conjugadas no singular. Daí a assustadora banalidade da violência como esta verificada há poucos dias que levou a vida da Ir. Dorothy Stang. A bala dos assassinos atravessou não o espaço entre eles e sua vítima, atravessou a distância história entre seus mundos. Antes de recobramos o fôlego, mais dois foram assassinados e nos chegam notícias de que outros tantos estão publicamente jurados de morte.

Nestas áreas de fronteira, a modernização proporcionou mais que o desenvolvimento do *agrobusiness*, gerou a acumulação e a concentração da riqueza, que alija de modo

diretamente proporcional na medida de seu avanço. Os números fantásticos da produtividade da soja mato-grossense, a riqueza dos garimpos, o potencial madeireiro, têm em seu avesso uma acentuada desigualdade. Um grande contingente de migrados foram reduzidos à condição de excluídos, e outros tantos continuam a chegar, atraídos pela ilusão do Eldorado.

À esses excluídos (e esta é uma condição atribuída de fora), resta a negação dos direitos, o não reconhecimento por parte do outro, a recusa ao espaço pela obtenção de direitos, ou seja, ele não tem direito ao direito, então está sujeito ao extermínio, a toda forma de exploração, inclusive à sujeição pelo trabalho escravo, visto pelo senso comum como um bem, já que caso contrário restaria para essas pessoas os dias nas praças públicas e no entorno das rodoviárias bebendo e dormindo ao relento.

Nestes tempos globalizados a “*grande miséria*”<sup>11</sup>, tornou-se medida exclusiva de todas as misérias, relativizando as pequenas misérias ora pelo argumento da condenação (não reclame! Ao menos você tem isso), ora pelo consolo (existem muitos em pior situação que a sua!). No Estado de Mato Grosso o desenvolvimento econômico (o agronegócio, a pecuária, etc.), passou a idéia de que a grande miséria recuou, de que vivemos uma fase de prosperidade, mas ao contrário daquilo que se prega, tem multiplicado os espaços sociais nos quais a pequena miséria se desenvolve de modo sem precedentes.

A globalização reduziu a natureza a uma religião, uma divinização que nos impele a que a pensemos abstratamente em lugar de concretamente nos homens e na sociedade, como se o que nos interessasse fossem os espaços em si e não o uso que fazemos deles. Essa ideologia ecológica se volta contra a população migrante que hoje ocupa a floresta ao mesmo tempo em que cria um ruralismo mítico que valoriza jardins em coberturas nas grandes metrópoles.

Os modelos mais adequados para o desenvolvimento sustentado da Amazônia surgirão como fruto das vivências cotidianas das comunidades hoje nela estabelecidas. Tais alternativas podem ser encontradas em muitas diferentes áreas do vasto território amazônico. Nesta particularmente sobre a qual nos debruçamos encontramos várias. Em

sua origem, freqüentemente, estão ora aquelas comunidades católicas, ora alguma pastoral, ou um desdobramento direto de suas ações. Apenas para exemplificar citemos o uso popular de ervas e produtos retirados da flora local (copaíba, eucalipto, mulungu, unha de gato), para tratamento da saúde; ou a elaboração de produtos para o complemento alimentar dessas pessoas (pó de casca de ovo, multimistura, mesocarpo de babaçu, pó de folhas verdes escuras), hoje, de reconhecido valor vitamínico e protéico; o desenvolvimento de vacinas naturais para combater o carrapato no gado, as Escolas da Família Agrícola, a proliferação do Bio-Saúde e a lista poderia se estender.

Tais experiências têm possibilitado o desenvolvimento de uma agricultura familiar que reduz drasticamente a degradação ambiental e os efeitos danosos da ação antrópica. Em lugar da reprodução de modelos, a busca de soluções próprias, em lugar do lucro imediato, um investimento a médio e longo prazo. Saindo do consumo econômico para um consumo político desenvolvido a partir daquela realidade, portanto, distinto. Para Milton Santos:

*Devemos ter isso em mente ao pensar a construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade<sup>12</sup>.*

Esta é a utopia que nos tem feito caminhar.

---

<sup>1</sup> Docente no Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. [vjneto@uol.com.br](mailto:vjneto@uol.com.br). Este texto é produto de pesquisas de campo desenvolvidas na região Noroeste de Mato Grosso e as fontes orais foram privilegiadas, em parte, por uma opção metodológica do grupo de pesquisadores envolvidos. Em razão do teor de alguns depoimentos, optamos aqui por não identificá-los, numerando-os sucessivamente.

<sup>2</sup> Dom Antonio Convida Pa. Duílio para dar uma palavra. *O Poder Noticioso*. Juina, segunda quinzena, maio 1988, p.8

<sup>3</sup> Depoimento 1, Castanheira, 2003, p.10

<sup>4</sup> Depoimento 3, Juina, 2000, p.5

<sup>5</sup> Depoimento 7, Juina, 2000

<sup>6</sup> Padre Duílio ameaçado de morte. *O Poder Noticioso*. Juina, segunda quinzena, maio 1989, p.9

<sup>7</sup> Depoimento 1, Castanheira, 2003, p.5

<sup>8</sup> Depoimento 5, Juina, 2001, p.20

<sup>9</sup> SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998, pp. 15 e ss

<sup>10</sup> SANTOS, Milton. Globalização e meio geográfico. Do mundo ao lugar. In: SOUZA, Alvaro José de; SOUZA, Edson Belo Clemente de; MAGNONI Jr., Lourenço (Orgs.). *Paisagem, território e região. Em busca da identidade*. Cascavel, EDUNIOESTE, 2000, p.54



<sup>11</sup> BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999, p.13

<sup>12</sup> SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVIERA, M.L. (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1998, p.20